

‘Queremos desenvolvimento sem sacrificar a natureza’, diz Dante
Página 2

O porquê da moratória de pesca para repor o estoque pesqueiro
Página 3

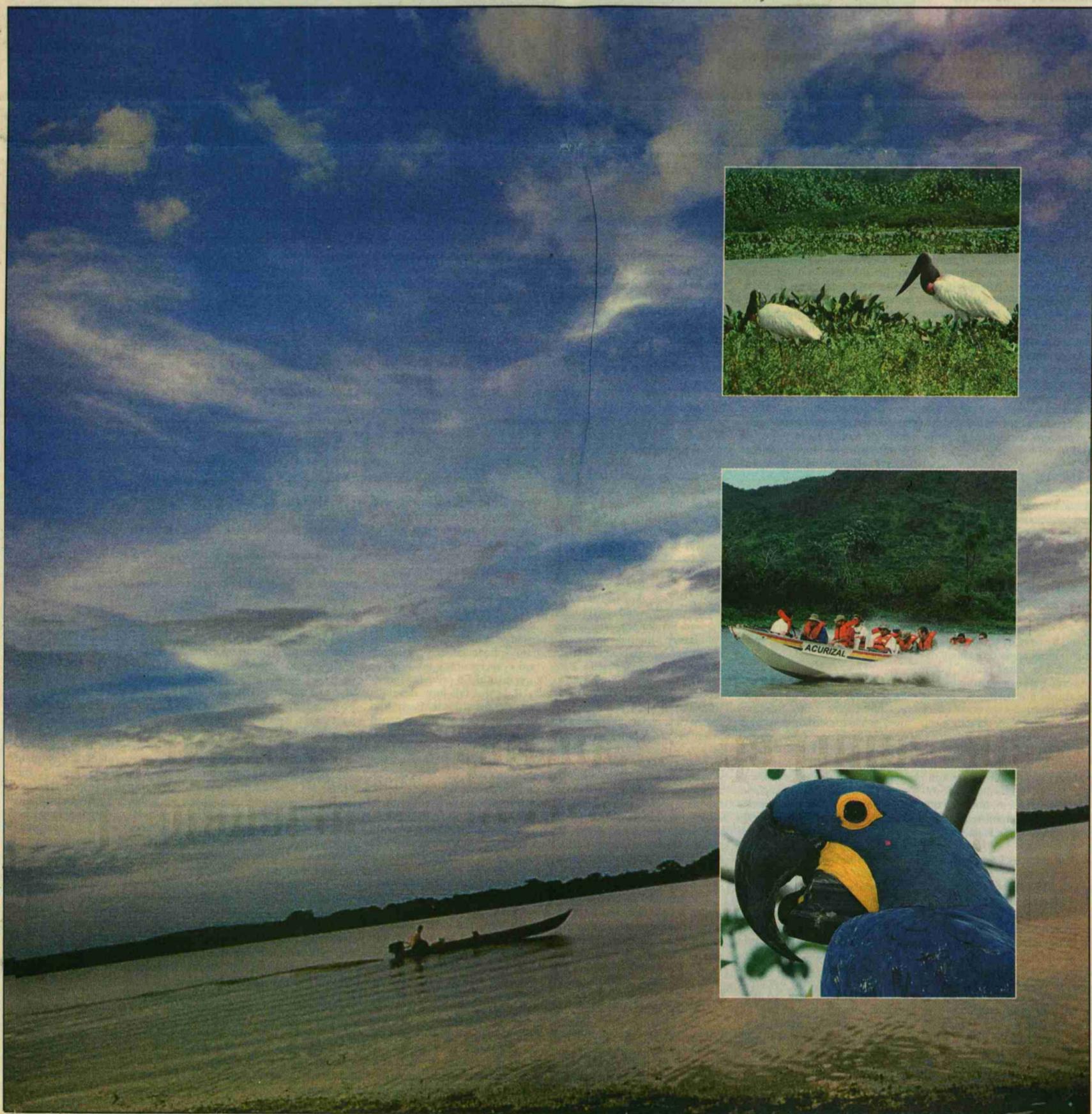


As ações do governo de Mato Grosso para a preservação da biodiversidade
Página 4

Programa garante US\$ 400 milhões para o Pantanal
Página 7

Pantanal de Mato Grosso é reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade

O governador Dante de Oliveira comemora a concessão do título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural por um dos órgãos mais representativos de todo o mundo



'A natureza é o nosso maior patrimônio'

Responsabilidade é uma palavra-chave para o governador Dante de Oliveira. Da mesma forma que ele se sente responsável pela eficiente política ambiental que vem implementando em Mato Grosso, ele também quer ver uma postura responsável entre todos os envolvidos na conservação da biodiversidade dos três grandes e variados ecossistemas do estado. "Temos que saber compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental", resume o governador.



Mato Grosso a hidrovía já transporta cerca de 250 mil toneladas de grãos anualmente e nem por isso aconteceram desastres ambientais.

Seriam necessárias obras para intensificar o comércio pela Hidrovía Paraguai-Paraná?

DANTE DE OLIVEIRA – Praticamente nenhuma. A hidrovía já existe, está aí. Ambientalistas xenófobos, sem conhecimento de causa, vivem afirmando que vamos retificar o leito do Rio Paraguai, que serão feitos derrocamentos, dragagens em vários pontos e que serão utilizadas embarcações de grande calado. Um monte de asneiras, tiradas a partir de um projeto antigo de uma empresa que era realmente uma loucura e com o qual jamais concordamos. Repito: não haverá obras de engenharia de grande impacto. Mesmo as dragagens, que são autorizadas pelo Ibama, serão descartadas com a construção do terminal portuário de Morrinhos, a 127 km abaixo da cidade de Cáceres, evitando um trecho onde o rio é mais sinuoso e raso e que exigiria a realização de dragagens. Vamos apenas fazer a sinalização e as embarcações é que serão adaptadas ao rio, não o contrário. As embarcações estarão limitadas a quatro mil toneladas e os comboios terão um calado de 1,5 metro. Além disso, serão permitidos apenas dois comboios de baixo calado por dia, monitorados por satélite, o que dará uma grande segurança, evitando acidentes ambientais. As ONGs podem ficar tranqüilas que não vamos cometer aqui os mesmos crimes ambientais cometidos pelos países que as financiam.

E a ocupação da Amazônia, como vem sendo tratada?

DANTE DE OLIVEIRA – Além de impormos exigências de ordem ambiental nos nossos programas de incentivos a atividades econômicas na Amazônia, só aprovando projetos que levem em conta a preservação dos recursos naturais, estamos desenvolvendo, através do programa Prodeagro, projetos piloto de manejo sustentado para uso múltiplo de florestas tropicais. Madeireiros e produtores rurais participam de atividades educativas, criando uma nova consciência. Temos que, através da pesquisa, saber que tipo de atividade é economicamente viável e ambientalmente sustentável na Amazônia, para não cometermos erros com consequências imprevisíveis. Também desenvolvemos um projeto de monitoramento da cobertura vegetal por meio de imagens de satélite, acompanhando os desmatamentos, a abertura de novas áreas. Precisamos saber explorar as riquezas da floresta amazônica sem destruí-la. O programa Pró-Madeira, também lançado pelo nosso governo, exige a adoção de técnicas adequadas de manejo florestal, com reposição das espécies de valor econômico. Além disso, implantamos várias unidades de conservação, que, somadas, totalizam mais de um milhão de hectares.

E com relação às queimadas, o que está sendo feito?

DANTE DE OLIVEIRA – Esse tem sido um dos nossos mais graves problemas ambientais. Como temos um território de mais de 900 mil quilômetros quadrados e grandes áreas de fronteira agrícola, com aberturas de novas propriedades, as queimadas vêm sendo feitas de forma irracional, irresponsável, com grandes prejuízos ao meio ambiente. Mas estamos agindo e os resultados começam a aparecer. Intensificamos a fiscalização, inclusive utilizando imagens de satélite, e quem é flagrado fazendo queimada irregular vem sendo punido duramente, com pesadas multas e ações judiciais. Também fazemos um trabalho de conscientização, mostrando aos produtores que há outras alternativas, tão eficientes e não degradadoras, ao método da queimada. Em 1999, comparando com o ano anterior, conseguimos reduzir em 28% os focos de queimadas e, em 2000 essa redução foi ainda mais expressiva, de 56,88%. Em 99 o satélite identificou mais de 30 mil focos de calor, número que caiu para pouco mais de 13 mil neste ano.

Governador, Mato Grosso é um estado com características muito singulares. Abrija em seu território três ecossistemas distintos – Cerrado, Floresta Amazônica e o Pantanal –, duas bacias hidrográficas – a Platina e a Amazônica – e possui uma localização estratégica, sendo o centro geodésico da América do Sul e a porta de entrada da Amazônia Legal. Diante dessas particularidades, como seu governo tem tratado a questão ambiental?

DANTE DE OLIVEIRA – Realmente Mato Grosso é um estado *sui generis* no aspecto ambiental, com uma biodiversidade riquíssima, que poucas regiões do planeta apresentam. Temos uma grande área de Cerrado, a Floresta Amazônica, com toda sua riqueza e um potencial ainda pouco conhecido, e essa verdadeira dádiva da natureza que é o Pantanal, que acaba de ser reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera, título que poucas áreas do planeta ostentam. Por essas razões, nosso governo trata a questão ambiental de forma prioritária. As nossas riquezas naturais são nosso maior patrimônio e, para garantir o seu usufruto pelas futuras gerações, temos que saber compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental. Sinto-me confortável nesse aspecto, uma vez que nosso governo promoveu avanços importantes nessa área.

Que avanços foram esses?

DANTE DE OLIVEIRA – Um dos primeiros passos, ainda no nosso primeiro mandato, foi elaborar uma legislação ambiental própria do Estado, o nosso Código Ambiental, em 1995. Para agir de forma complementar às leis federais, precisávamos de uma legislação que levasse em consideração as nossas particularidades. Ainda em 1995, criamos a Lei da Pesca, disciplinando essa atividade no estado, e em 1997 a Lei das Águas, que, de forma pioneira estabeleceu normas para o uso dos recursos hídricos que, no futuro, como

vêm alertando as autoridades científicas do mundo todo, será o produto mais precioso da terra, porque estará escasso. É importante ressaltar que essas leis foram implantadas não de forma aleatória, mas sim como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento que visa alcançar o crescimento econômico, melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é o principal indicador da qualidade de vida de um povo, de forma sustentável, garantindo a preservação dos nossos recursos naturais.

Mato Grosso vem despontando como um grande celeiro, já é o maior produtor de soja e de algodão, o segundo de arroz e possui o quarto rebanho bovino do país, com mais de 17,5 milhões de cabeças. Esse avanço da agropecuária não tem um custo ambiental muito alto?

DANTE DE OLIVEIRA – Essa é uma questão que sempre nos preocupou muito. Sabemos que, se não tomarmos as precauções necessárias, podemos nos transformar no maior produtor de grãos do país a médio prazo, mas a um custo ambiental desastroso, cometendo os mesmos erros cometidos pelos países europeus, pelos Estados Unidos e por outros estados brasileiros. Nós não podemos cometer esse crime. Queremos o desenvolvimento, vamos transformar Mato Grosso num pólo da agroindústria, mas para atingir esse objetivo não vamos sacrificar a natureza, destruir aquilo que temos de mais valioso. O nosso governo tem criado vários programas de incentivo ao setor da agropecuária, da agroindústria, mas todos possuem um forte componente ambiental. Só aprovamos projetos que tenham sustentabilidade ambiental, como acontece com o programa de incentivo à indústria da madeira, de incentivo à cultura do algodão, do café, dentre outros. Quem não atende a esses requisitos não tem acesso aos incentivos.

A Amazônia e o Cerrado, principalmente, passam por um processo de ocupação desordenado, não só em Mato Grosso como em outros estados, e isso vem sendo alvo de críticas da comunidade científica e dos ambientalistas. Como o senhor analisa essa questão?

DANTE DE OLIVEIRA – Entendo perfeitamente essa preocupação da comunidade científica e dos ambientalistas, até porque sabemos que o meio ambiente só há pouco tempo passou a ser tratado com mais seriedade no Brasil. Na ânsia de se desenvolver economicamente e ocupar vastas regiões não exploradas, o país acabou cometendo sérios erros, verdadeiros crimes contra a natureza. No caso de Mato Grosso, temos o privilégio de estar desenvolvendo um programa – o Prodeagro, financiado pelo Banco Mundial – que, entre outras ações, como a criação de unidades de conservação, está realizando um zoneamento agroambiental do estado, identificando as vocações econômicas de cada região que podem ser desenvolvidas de forma sustentada, ou seja, sem causar maiores danos ao meio ambiente. Considero esse programa de suma importância, pois a partir dele podemos estabelecer um plano estratégico de desenvolvimento sustentado que assegure o crescimento da nossa economia, gerando empregos e renda, mas ao mesmo tempo proporcione qualidade de vida à nossa população.

O Pantanal é um ecossistema muito frágil, delicado, e já começa a sentir os efeitos de atividades agropecuárias desenvolvidas no seu entorno. Não há o risco do Pantanal desaparecer num futuro não muito distante?

DANTE DE OLIVEIRA – Há sim esse risco, embora o Pantanal seja ainda um dos biomas mais preservados do Brasil e do mundo. É uma jóia que merece um cuidado especial. Nesse sentido, reputamos como fundamental a execução, o mais breve possível,

do Programa Pantanal, que prevê investimentos de 400 milhões de dólares, sendo 200 milhões em Mato Grosso e 200 milhões em Mato Grosso do Sul. Em 1995, portanto no início do meu primeiro mandato, eu e o governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, procuramos o diretor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a América Latina, Henrique Iglésias, para apresentar as idéias iniciais que iriam desembocar no Programa Pantanal. Tínhamos a convicção de que, se não tomássemos iniciativas concretas e urgentes para assegurar sua preservação, o pantanal correria sérios riscos. O projeto prevê investimentos em saneamento básico, gerenciamento de microbacias e infraestrutura para o ecoturismo, priorizando a área ambiental.

Como está esse projeto?

DANTE DE OLIVEIRA – Estamos prestes a assinar o contrato de financiamento, que contará com recursos também de uma instituição privada japonesa. E, justiça seja feita, devemos isso ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que, sensível à importância do Pantanal, decidiu federalizar o projeto, viabilizando seu financiamento, uma vez que os dois estados não tinham condições financeiras de arcar com as contrapartidas, que representam um volume expressivo de recursos.

Que tipo de ações estão previstas no projeto?

DANTE DE OLIVEIRA – Uma das grandes virtudes do Programa Pantanal é que ele não se volta para ações contemporizadoras, não busca minimizar os efeitos. Ao contrário, estabelece ações preventivas que venham evitar danos ao ambiente pantaneiro. Um dos componentes do projeto, que considero de maior relevância, é o de saneamento básico. Vamos implantar sistemas de tratamento de água e esgoto em vários municípios da região pantaneira, corta-

do por rios que integram a bacia dos rios Cuiabá e Paraguai. A poluição de resíduos domésticos e industriais, principalmente nas cidades de maior porte, como Cuiabá, é a principal ameaça ao Pantanal. Se deixarmos os rios morrerem, o Pantanal desaparecerá, perderá toda sua exuberância. Teremos também ações de educação ambiental, criação de estradas-parque que viabilizem o ecoturismo de forma responsável e também de apoio a atividades econômicas tradicionais do homem pantaneiro que não causam danos ambientais.

A Hidrovía Paraguai-Paraná, cuja utilização o senhor pretende intensificar, vem provocando críticas de alguns ambientalistas, principalmente aqueles ligados a organizações não-governamentais internacionais. O que seria mais relevante nessa discussão?

DANTE DE OLIVEIRA – Essa pergunta é muito oportuna. Tenho repetido seguidamente que eu seria a última pessoa a fazer algo que ameace o Pantanal, até porque minha origem é pantaneira, meu avô passou quase a totalidade da sua vida no Pantanal. O problema dos ambientalistas é que eles agem mais pelo emocional que racional, por interesses que não es-

tão muito bem claros. Essa hidrovía na verdade funciona desde 1856, quando foi assinado um acordo comercial entre o Brasil e o Paraguai. Ela foi a responsável pela ocupação de Mato Grosso, no século passado dependíamos exclusivamente dela para nos abastecer e manter comércio com outros estados e países vizinhos. O que queremos é apenas utilizá-la de forma mais intensa, transformando-a na espinha dorsal do Mercosul, ampliando as fronteiras do mercado comum para além do eixo São Paulo - Buenos Aires, mas sem realizar nenhuma obra de engenharia de grande impacto, sem alterar o curso do Rio Paraguai. Ela continuará sendo utilizada como acontece hoje. Só de

'As ONGs podem ficar tranqüilas'

'Minha origem é pantaneira'

Unesco premia riqueza do Pantanal

No dia 18 de novembro passado, em ato simbólico realizado no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, no município de Poconé, uma área de 189 mil hectares do Pantanal foi reconhecida pela Unesco, órgão das Nações Unidas, como Sítio do Patrimônio Mundial Natural. A área inclui o Parque Nacional, de 135 mil hectares, e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) - Acurizal, Dorochê e Penha, que juntas somam 54 mil hectares e são mantidas pela Fundação Ecotrópica, uma organização não-governamental.

A região foi reconhecida como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela sua diversidade biológica. Situada na confluência dos rios Cuiabá e Paraguai, na divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abriga uma grande variedade de espécies animais, algumas ameaçadas de extinção, e uma rica e exuberante flora. É a maior concentração de fauna do Neotrópico e mescla vegetações de cerrado e florestas estacionais. Os critérios adotados pela Unesco para a concessão do título são a presença de formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, de habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor científico, de conservação ou estético.

Além dos rios Cuiabá e Paraguai, a área possui vastas extensões que permanecem alagadas durante o ano todo, com grandes baías, que são verdadeiros santuários de reprodução de peixes e animais silvestres. Juntos, o Parque Nacional do Pantanal e as três RPPNs formam uma espécie de "corredor biológico e geográfico", onde estão presentes todos os elementos-chave da gênese pantaneira nos aspectos geológicos e morfológicos. A região é cercada pela Serra do Amolar, bela formação rochosa que retém o fluxo das águas.

"A concessão desse título pela Unesco é de grande importância para a preservação dessa região belíssima do Pantanal, de grande diversidade biológica, pois poderemos ter mais acesso a recursos internacionais para financiar as ações dos órgãos ambientais. Mas isso só não bata, queremos uma aproximação maior com o governo do Mato Grosso do Sul, com ór-



gãos federais e instituições internacionais para investirmos em pesquisas, que nos darão subsídios técnicos necessários para implementar medidas de conservação", diz o governador Dante de Oliveira, informando que esteve recentemente na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, acompanhado

de representantes da organização não-governamental Nature Conservance, para pleitear apoio a um projeto de pesquisas. "Queremos criar um centro de pesquisas no Pantanal envolvendo pesquisadores de todo o mundo, da Embrapa, de instituições internacionais, para que possamos conhecer melhor esse ecossistema do ponto de vista técnico-científico, mas desde que o controle dessas pesquisas seja nosso."

Para o governador, devido às suas particularidades, o Pantanal requer uma atenção especial dos poderes públicos e da sociedade como um todo, como única forma de assegurar sua preservação. "O Pantanal é uma região que precisa receber um tratamento diferenciado em relação aos outros ecossistemas do mundo. É uma área extremamente plana, quase sem declividade, enfim, um meio que precisa receber todo o cuidado do mundo".

Toda essa exuberância e importância biológica da região é

que, segundo o governador Dante de Oliveira, o motivou a procurar o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglésias, ainda em 1995, com o objetivo de sensibilizá-lo a financiar um grande programa de investimentos no Pantanal visando protegê-lo e melhorar o padrão de vida do homem pantaneiro. O Programa Pantanal prevê investimentos da ordem de US\$ 400 milhões em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - US\$ 200 milhões em cada estado - em ações ambientais, implantação de estradas-parque, infra-estrutura para o ecoturismo e saneamento básico, de forma a reduzir a poluição nos rios da bacia pantaneira provocada pelos aglomerados urbanos. O contrato está prestes a ser assinado com o BID e uma instituição privada japonesa.

"Esse programa só foi viabilizado porque o presidente Fernando Henrique se sensibilizou e decidiu federalizá-lo, porque os dois estados não ti-

veram condições financeiras de assumir as contrapartidas", explica o governador, acrescentando que o programa possibilitará a ampliação do Comitê de Integração da Bacia do Alto Paraguai, criado com o objetivo de disciplinar toda e qualquer atividade produtiva e de ocupação na região.

O representante da Unesco no Brasil, o argentino Jorge Werthein, destaca que a implantação do Sítio do Patrimônio Mundial Natural no Pantanal é fruto da parceria entre instituições governamentais e não-governamentais. "Essa cooperação técnica que vemos no Pantanal pode servir de exemplo para outros países".

Werthein elogia a qualidade do trabalho realizado pelos governos federal, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e da Ecotrópica para apresentar junto à Unesco a proposta de transformar os 189 mil hectares em Sítio do Patrimônio Mundial Natural. "Quero parabenizar essas instituições pela sabedoria que

tiveram em apresentar essa candidatura junto à Unesco. Não seria justo, tendo em vista os esforços das autoridades e das organizações não-governamentais brasileiras no campo do meio ambiente e os excepcionais atributos naturais, culturais e humanos do ambiente pantaneiro, não reconhecer esse ecossistema como de importância mundial", afirma o dirigente da Unesco, lembrando que em novembro o Pantanal como um todo também foi incluído "na seleta rede mundial de Reservas da Biosfera, que reúne agora 391 sítios em 94 países".

Jorge Werthein se mostra impressionado com a convivência harmoniosa do homem pantaneiro com o meio em que vive. "A sinergia histórica estabelecida entre as pessoas pantaneiras e o ambiente em que vivem mostra que não é um sonho melhorar a qualidade de vida respeitando a natureza. A cultura pantaneira é, sem dúvida, a grande responsável pela integridade do Pantanal."



Pantaneiros, cidadãos do mundo

A Constituição Brasileira, no seu artigo 225, parágrafo 4, considera o Pantanal um Patrimônio Nacional. Nada mais justo que reconhecer esse ecossistema como de importância mundial, levando-se em conta os esforços das autoridades e das organizações não-governamentais brasileiras no campo do meio ambiente e os excepcionais atributos naturais, culturais e humanos do ambiente pantaneiro.

A sinergia histórica estabelecida entre a gente pantaneira e o ambiente em que vive demonstra que não é um sonho melhorar a qualidade de vida respeitando a natureza. A cultura pantaneira é, sem dúvida, a grande responsável pela integridade do Pantanal.

O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO - incumbido da implementação da Convenção da Proteção do Patrimônio Mundial - reunido em Cairns, na Austrália, entre os dias 27 de novembro e 2 de dezembro, depois de examinar 71 sítios propostos por 43 países, divulgou a relação dos novos bens inscritos e, entre eles, figura o "Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal". O belíssimo local, que receberá o título de Patrimônio Natural da Humanidade, é formado por um conjunto composto pelo Parque Nacional do Pantanal e pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Penha, Dorochê e Acurizal.

As principais razões pelas quais o Pantanal merece o reconhecimento internacional são já conhecidas: trata-se de um ecossistema único no mundo; é o habitat de espécies animais e vegetais tão ricas e variadas quanto raras, algumas delas em extinção; é protegido nacionalmente; pertence e tem influência sobre mais de um país; e revela uma cultura ímpar, que é a cultura do pantaneiro - sua culinária, seu vestuário, seus costumes, suas

festas, suas manifestações artísticas. Todo esse complexo tem sido objeto da atenção tanto do Governo brasileiro quanto da sociedade civil, que tem se organizado em defesa do ecossistema pantaneiro. Além do reconhecimento como Patrimônio Natural da Humanidade, parte significativa do Pantanal foi incluída recentemente pela UNESCO na seleta Rede Mundial das Reservas da Biosfera, que reúne agora 391 sítios em 94 países. Entre esses sítios, está a Reserva da Biosfera do Pantanal.

O Programa Intergovernamental - O Homem e a Biosfera - MaB, criado no início dos anos 70, propõe a conciliação entre a preservação, a conservação e o desenvolvimento humano sustentável, fazendo das Reservas de Biosfera espaços concretos de pesquisa e informação científica, de educação ambiental e de convívio entre as populações e o seu ambiente. Nada é mais apropriado ao Pantanal.

As reservas da biosfera são escolhidas baseadas na capacidade que elas demonstram de conciliar a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos recursos naturais. Esse conceito de visão de futuro teve início com o Programa MaB da UNESCO que, hoje, tem mostrado que pode fortalecer e apoiar políticas nacionais compatíveis com os compromissos internacionais decorrentes da Cúpula da Terra, a Rio 92, como, por exemplo, a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Indicadas pelos Estados-Membros da UNESCO (entre eles o Brasil), após um processo de consulta e coordenação com agências governamentais, comunidades locais, ONGs e iniciativa privada com

Jorge Werthein



atuação nas áreas envolvidas, essas reservas permanecem totalmente sob o controle jurídico soberano de seus países - o mesmo acontece com os sítios do patrimônio.

As vantagens desfrutadas, tanto pelos sítios do patrimônio como pelas reservas da biosfera incluem o reconhecimento oficial, por parte das Nações Unidas, dos esforços locais e nacionais para promover a conservação e o desenvolvimento sustentável; "um selo de qualidade" útil para reforçar a captação de recursos financeiros - como por exemplo o Projeto Pantanal, um contrato entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para promover o desenvolvimento sustentável do Pantanal.

Espera-se que, a partir desse momento, se estabeleça e se consolide uma parceria entre as organizações governamentais, não-governamentais - em especial a Fundação Ecotrópica, Prêmio UNESCO 2000 de Ciências e Meio Ambiente - uma agência de cooperação técnica internacional e toda sociedade, como modelo capaz de ser difundido para o Brasil e para outros países, principalmente aqueles que compartilham ecossistemas de significado bio-regional.

Por tudo isso, a UNESCO tem a alegria e a honra de incluir o Pantanal na relação de lugares preciosos do mundo, dignos do respeito, da admiração e da proteção de todos os habitantes do planeta.

Jorge Werthein é Representante da UNESCO no Brasil.

Pesca responsável

O governo de Mato Grosso poderá decretar uma espécie de moratória em toda atividade pesqueira no estado, inclusive a amadora, como forma de conter a pesca predatória e repor o estoque pesqueiro, que vem diminuindo progressivamente nos últimos anos.

Em novembro passado, durante o ato realizado no Parque Nacional do Pantanal, no município de Poconé, para marcar a concessão pela Unesco do título de Sítio do Patrimônio Mundial Natural a uma área de 189 mil hectares do pantanal, o governador Dante de Oliveira entregou ao seu secretário do Meio Ambiente um ofício solicitando a realização de estudos sobre a possibilidade de proibir a pesca por um determinado período em todo o território mato-grossense.

"A redução do estoque pesqueiro dos nossos rios nos tem preocupado muito, por isso solicitei a realização de um estudo pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. Mas só vamos tomar alguma medida com base em pareceres técnicos, científicos, e depois de um amplo debate com a sociedade, já que haveria reflexos sociais porque temos uma população ribeirinha que vive da pesca", justifica o governador.

A pesca predatória representa hoje a maior ameaça à preservação do estoque pesqueiro de Mato Grosso, inclusive dos rios do Pantanal. Grupos organizados promovem a pesca clandestina, com utilização de redes e outros apetrechos proibidos, transportando ilegalmente para outros estados milhares de toneladas de peixes nobres como o pintado, pacú, dourado e piraputanga, que são vendidos para restaurantes dos estados do Centro-Sul do país. O estado sofre ainda a ação de "turistas" de outras regiões que também levam volumes de

peixe não autorizados pela legislação ambiental.

Hoje, a legislação já estipula uma quantidade máxima de peixes que pode ser levada para fora do estado, mas a fiscalização, embora tenha aumentado com o reforço do contingente da Polícia Florestal e de fiscais da Fundação Estadual do Meio Ambiente, não é suficiente para conter a pesca predatória.

"Queremos tomar essa medida mais drástica até para preservar a atividade da pesca para as futuras gerações. Não podemos destruir toda essa riqueza que ainda possuímos e que não vemos mais na maioria dos estados brasileiros", diz o governador.

Uma das preocupações do governo com as consequências da proibição da pesca são os reflexos negativos que poderia ter no ecoturismo, uma grande fonte de receitas do estado. Uma das alternativas em análise é admitir apenas a prática do "pesque e solte" - o turista pode pescar, mas é obrigado a devolver o peixe vivo ao rio.

"Podemos adotar o pesque e solte para preservar o fluxo de turistas e não prejudicar a indústria do turismo, que gera muitos empregos e estimula outros setores da economia. Mas isso ainda dependerá dos estudos técnicos", acrescenta Dante de Oliveira.

Essa prática esportiva vem tendo cada vez mais adeptos em todo o mundo, mas já há biólogos questionando, daí a necessidade de se realizar estudos técnicos antes de se tomar qualquer decisão. Algumas pousadas localizadas no Pantanal Mato-grossense já vêm adotando o pesque e solte, mas ainda não é uma modalidade disseminada. Para funcionar a contento, teria que haver o envolvimento dos empresários do setor, que atuariam como fiscais, além de conscientizar os turistas.

No cerrado ou na floresta amazônica, no Pantanal ou na cidade, as ações do governo na área ambiental

Visando implantar em Mato Grosso um modelo de desenvolvimento sustentável que compatibilize as atividades produtivas com a preservação dos recursos naturais, o Governo Dante de Oliveira vem executando desde o seu primeiro mandato uma série de ações práticas e institucionais que representam um avanço significativo na política ambiental do estado.

O primeiro passo foi a elaboração de um conjunto de leis que normatizassem o processo de ocupação dos espaços geográficos, principalmente nas áreas de fronteira agrícola, e disciplinasse as atividades econômicas. O objetivo é promover o desenvolvimento, gerar empregos e melhorando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população, mas ao mesmo tempo assegurar a conservação da biodiversidade de um estado que tem o privilégio de contar em seu território com mais de 900 mil quilômetros quadrados com três distintos e ricos ecossistemas: o Cerrado, a Amazônia e o Pantanal.

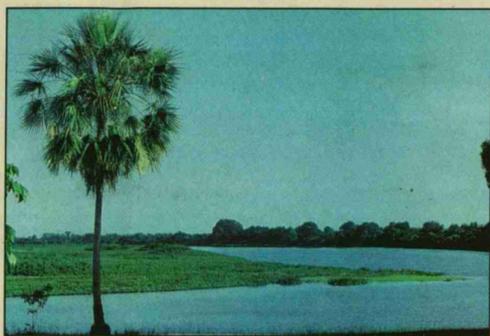
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Em 1995, o Governo elabora o Código Ambiental do Estado, que, de forma abrangente, instituiu uma política ambiental voltada para a viabilização de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Também em 1995, o Governo aprova na Assembleia Legislativa a chamada Lei da Pesca, que passa a normatizar a atividade pesqueira nos rios mato-grossenses. A lei visa, basicamente, a coibir a pesca predatória e o contrabando de peixes e garantir a

manutenção do estoque pesqueiro. Em 1997, numa iniciativa pioneira, é criada a Lei das Águas. Pela primeira vez na história, o Estado passa a contar com uma lei que disciplina o uso racional dos recursos hídricos, que é um bem público, de usufruto de todos os cidadãos. É uma legislação voltada para o futuro, considerando que os estudos científicos apontam que no próximo milênio a água potável será um produto cada vez menos disponível e de importância estratégica.

Ainda em 1997, o Governo baixa o Decreto nº 01.795, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, possibilitando a implantação de 1,1 milhão de hectares de áreas de preservação natural representativas



O delicado martim-pescador depende da manutenção do equilíbrio ecológico dos diversos ecossistemas.

Em abril de 2.000, o Decreto 7.194 estabelece um Termo de Compromisso de Reparação de Dano Ambiental,

criando as condições necessárias para que os órgãos ambientais estaduais atuem de forma mais efetiva na recuperação de áreas degradadas.

PRESERVANDO A BIODIVERSIDADE

O Governo Dante de Oliveira já implantou 1,1 milhão de hectares de Unidades de Conservação, o que representa uma volume superior ao que foi feito por todos os governos anteriores:

• Área de Proteção Ambiental (APA) estadual do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Área: 251.847.933 ha. Localização: municípios de Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Campo Verde e Santo Antônio do Leverger.

• Reserva Extrativista Guariba/Roosevelt. Área: 57.630 ha. Localização: município de Aripuanã (noroeste do estado).

• Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco. Área: 158.620,85 ha.

Localização: município de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vale do Guaporé).

• Estação Ecológica do Rio Madeirinha. Área: 13.682 ha. Localização: município de Aripuanã.

• Estação Ecológica do Rio Roosevelt. Área: 80.915 ha. Localização: município de Aripuanã.

• Área de Proteção Ambiental da Cabeceira do Rio Cuiabá. Área: 473.410,60 ha. Localização: municípios de Nobres, Rosário Oeste, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Nova Mutum.

• Estação Ecológica do Rio Ronuro. Área: 131.795 ha. Localização: município de Nova Ubiratã.

• Implantação das estradas-parque da rodovia Transpantaneira, que corta o Pantanal mato-grossense, no município de Poconé, e da Cachoeira da Fumaça, no município de Jaciara.

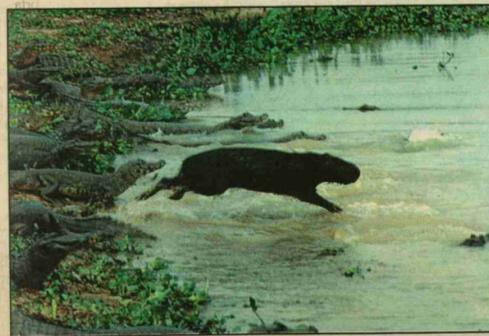
MANEJO FLORESTAL

Com recursos do Prodeagro (Programa de Desenvolvimento Agroambiental, financiado pelo Banco Mundial), o Governo de Mato Grosso vem implantando programas piloto de manejo sustentado para uso múltiplo de florestas tropicais. Madeireiros e agricultores participam de atividades educadoras sobre como explorar racionalmente os recursos florestais. Em parceria com as organizações não-governamentais Fun-

dação Florestal Tropical (FFT) e Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos Ambientais (Pronatura), os projetos estão sendo desenvolvidos nos municípios de Cláudia, Marcelândia e Juarena.

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Atuando em conjunto com prefeituras, a Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente) vem recuperando áreas degradadas por atividades garimpeiras nos municípios de Matupá e Juína, no norte do estado, e em Poconé, no entorno do Pantanal. Rios assoreados estão tendo o leito recuperado e as áreas exploradas pelo garimpo estão sendo recompostas tanto no aspecto topográfico quanto paisagístico, inclusive com o plan-



A capivara em meio aos jacarés: a riqueza da fauna pantaneira



Os animais merecem a atenção dos programas ambientais do governo estadual

tio de espécies vegetais nativas e exóticas.

QUALIDADE DA ÁGUA

A qualidade da água dos principais rios que integram as três bacias hidrográficas presentes no território mato-grossense - Platina, Amazônica e do Araguaia-Tocantins - vem sendo monitorada pela Fema. Quatorze rios são monitorados mensalmente, o que possibilita direcionar com maior eficiência o trabalho de fiscalização do uso dos recursos hídricos.

MONITORAMENTO DE FLORESTAS

O Projeto de Monitoramento da Cobertura Vegetal do estado, utilizando-se de imagens do satélite Landsat-TM 5, localiza e avalia os desmatamentos e queimadas, permitindo identificar ações irregulares e acionar a fiscalização.

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES POLUIDORAS

Hoje, 100% das principais atividades com características poluidoras estão licenciadas e são monitoradas regularmente pela Fema, o que permite um controle mais eficiente dessas atividades.

Legal e de Preservação Permanente e, caso desrespeitem a legislação ambiental, são imediatamente notificados.

GUERRA ÀS QUEIMADAS

Intensificando a fiscalização, utilizando imagens de satélite e atuando em parceria com outras instituições, o Go-



A variedade de aves do Pantanal Mato-grossense é uma das atrações da região

LICENCIAMENTO RURAL

O Governo do Estado, através da Fema, implantou um sistema de licenciamento rural que possibilita fazer o controle dos desmatamentos nas propriedades rurais, utilizando-se de um sistema de geoprocessamento. Os proprietários são obrigados a preservar as áreas de Reserva

do Estado vem conseguindo vencer a batalha contra as queimadas ilegais. Em 1999, houve uma redução dos focos de queimadas em relação a 1998 da ordem de 28%. Já em 2000, a diminuição foi de 56,88% entre os meses de julho e setembro - que é o período mais crítico -, baixando o número de focos de queimadas de 30.339 em 1999 para 13.082 neste ano.

PANTANAL DE MATO GROSSO PATRIMÔNIO DO MUNDO.

O Pantanal de Mato Grosso passa a ser Patrimônio Natural Mundial.

Este título, conferido oficialmente pela UNESCO, fortalece a preservação e a proteção de quase 190 mil hectares do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal de Mato Grosso, formado pelo Parque Nacional do Pantanal de Mato Grosso e pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Dorochê, Acurizal e Penha.

Pantanal de Mato Grosso - mais uma razão para o nosso Estado ser um gigante pela própria natureza.

Orgulho de todos nós brasileiros.



Uma hidrovia no coração do Mercosul

Transformar a Hidrovia Paraguai-Paraná na espinha dorsal do Mercosul, integrando as economias de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e de países vizinhos como a Bolívia e o Paraguai ao mercado comum sul-americano, cujo comércio hoje está praticamente restrito ao eixo São Paulo - Buenos Aires. Esta é a principal bandeira levantada pelo governador Dante de Oliveira em sua cruzada pela intensificação do transporte de produtos pela Hidrovia, que é utilizada desde o século passado, esteve um longo período esquecida e hoje transporta anualmente, apenas de Mato Grosso, cerca de 250 mil toneladas de grãos, principalmente soja.

Em sua cruzada, Dante de Oliveira tem enfrentado críticas de algumas organizações não-governamentais em relação à Hidrovia. As entidades alegam que serão realizadas obras de grande impacto ambiental, colocando em risco a preservação do Pantanal.

Em reação a essas críticas, várias entidades, como a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, a Federação do Comércio e a Federação da Agricultura reuniram-se no final de novembro em Cuiabá para, conjuntamente, manifestar apoio ao projeto da Hidrovia e à construção do Porto de Morrinhos no Rio Paraguai, 127 quilômetros rio abaixo da cidade de Cáceres e que ampliará a capacidade de embarque de produtos na Hidrovia.

"Essas entidades fazem críticas sem qualquer fundamentação técnica, tomando por base

um projeto antigo, que realmente propunha intervenções no Rio Paraguai e que nunca teve nosso apoio. A nossa proposta, como é de conhecimento público, é continuar utilizando a Hidrovia Paraguai-Paraná como ela é utilizada hoje. Não vamos fazer retificações no leito do rio, derrocamentos ou qualquer outra obra desse porte", argumenta o governador, que vê no comportamento das ONGs uma "postura anti-democrática", por se recusarem ao diálogo, a uma discussão técnica do projeto.

O governo de Mato Grosso assegura que o incremento da navegação na Hidrovia seguirá os mais modernos e rígidos padrões de segurança ambiental. Uma das imposições básicas do projeto é a utilização de embarcações de baixo calado, em condições de navegar mesmo nos pontos mais rasos do Rio Paraguai, descartando a necessidade de se fazer dragagens, procedimento técnico que é aceito pelos órgãos ambientais.

"A dragagem é uma intervenção muito comum nos rios e é feita sempre com autorização do órgão licenciador federal, que é o Ibama. Mas, no caso do Rio Paraguai é quase certo que nem isso precisaremos fazer porque, com a construção do Terminal de Morrinhos, evitaremos o trecho mais sinuoso e menos profundo do rio, próximo a Cáceres. Tenho repetido insistentemente que, pelo nosso projeto as embarcações é que serão adaptadas ao rio, e não o contrário", argumenta o governador.

A retificação do leito do rio para encurtar distâncias, maior

temor dos ambientalistas, está totalmente descartada, até porque, asseguram os técnicos do Governo de Mato Grosso, trata-se de um recurso ultrapassado, fora de uso no mundo todo, uma vez que ficou mais que provado que seus impactos ambientais são extremamente negativos. No Pantanal, as consequências seriam imprevisíveis, pois trata-se de um ecossistema muito frágil.

Outra precaução prevista no projeto é que só serão liberados dois comboios de embarcações por dia, minimizando os seus impactos no leito do rio, que já serão pequenos por se tratar de embarcações que se locomovem a baixas velocidades, quase não produzindo marolas. As embarcações é que serão adaptadas ao rio.

A maior novidade do projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, porém, é que as embarcações serão monitoradas por satélite, praticamente eliminando a possibilidade de ocorrer acidentes, como choques entre os comboios ou com as barrancas do rio. "Com esse monitoramento teremos segurança quase total. Os maiores riscos que poderiam existir é ocorrer acidentes com as embarcações, com o derrubamento de produtos ou derrubada de barrancas, mas isso fica descartado com o monitoramento por satélite", explica o secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso, Frederico Müller. O secretário faz ainda a ressalva de que não será permitido o transporte de produtos poluentes, restringindo-se basicamente a produtos agropecuários.



Integração econômica

O incremento do comércio pela Hidrovia Paraguai-Paraná é uma iniciativa conjunta que envolve os governos brasileiro e de Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina, que integram o Comitê Intergovernamental criado para coordenar os estudos sobre sua viabilidade econômica e ambiental. Esse comitê já se reuniu 28 vezes para estabelecer como deve ser tecnicamente a navegação ao longo dos seus mais de 3.400 quilômetros de extensão, partindo de Mato Grosso até atingir o Estuário do Prata, de onde se tem acesso ao Oceano Atlântico, dando maior ênfase ao trecho que corta o Pantanal.

Os governos desses países acreditam que a Hidrovia pode ser o principal meio de integração das economias sul-americanas, fortalecendo o Mercosul, inclusive com a participação da Bolívia e do Paraguai, que hoje estão fora do mercado comum.

"Não se pode deixar de reconhecer a importância econômica da Hidrovia Paraguai-Paraná. Historicamente ela sempre foi o principal meio de comercialização de produtos dos países cortados pelos rios Paraguai e Paraná. Basta lembrar que um estudo do pesquisador norte-americano Zephyr Frank apontou que, no século passado,

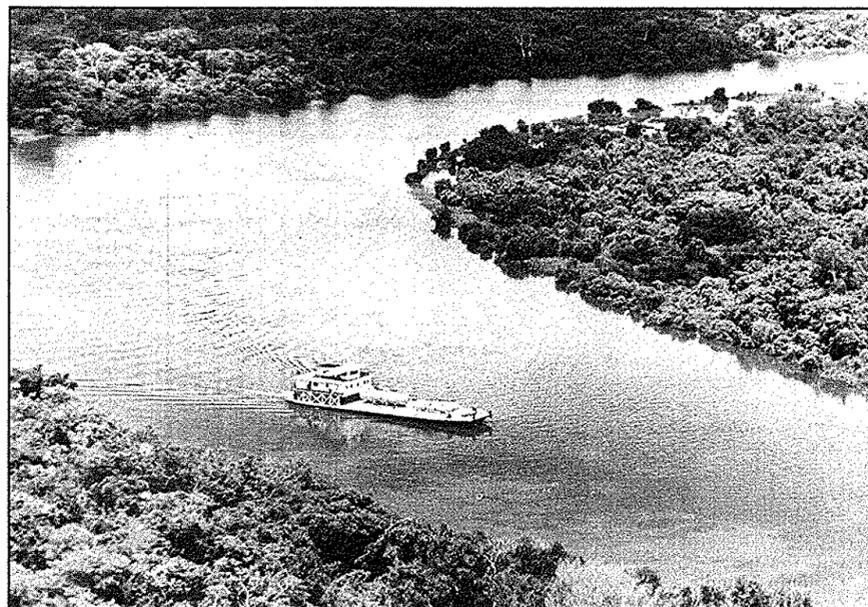
40% do orçamento do Estado de Mato Grosso provinham do comércio realizado através da hidrovia. Ela é utilizada, portanto, há muito tempo e pode ser melhor explorada. O que se precisa é tomar as precauções ambientais necessárias, principalmente na região do Pantanal", diz o historiador da Universidade Federal de Mato Grosso Alfredo da Mota Menezes, com doutorado em História da América Latina pela Universidade de Tulane, nos Estados Unidos.

Nos casos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, da Bolívia e do Paraguai e mesmo de determinadas regiões do Uruguai e da Argentina, a Hidrovia é fundamental para atingir o mercado mundial através do Atlântico com preços mais competitivos. Mato Grosso produz cerca de 12 milhões de toneladas de grãos por ano, é o maior produtor de soja e de algodão do país e tem como maior entrave para dar competitividade a seus produtos exatamente a distância dos centros consumidores.

"O custo do transporte fluvial é quatro vezes inferior ao do transporte rodoviário e duas vezes menor que o do ferroviário. O frete de uma tonelada de grãos através de hidrovia fica em R\$ 16,00, enquanto por ferrovia fica

em R\$ 32,00 e por rodovias em R\$ 64,00. A Hidrovia Paraguai-Paraná só não interessa aos Estados Unidos e aos países europeus, que temem a concorrência dos nossos produtos agropecuários. Se é um meio de transporte mais barato e se pode ser operada com segurança, dentro de rígidas normas ambientais, porque não utilizá-la, já que estaríamos fortalecendo a economia de todo o Cone Sul, gerando empregos e riquezas", pondera o governador Dante de Oliveira, acrescentando que se forem transportadas um milhão de toneladas/ano de grãos pela Hidrovia cerca de 40 mil caminhões deixarão de circular pelas rodovias do estado, o que reduziria significativamente a emissão de gases poluentes no meio ambiente, como o monóxido de carbono, e os acidentes rodoviários.

Dentro dos próprios limites do países sul-americanos o efeito da utilização mais intensa da hidrovia seria considerável. Trata-se de um mercado de aproximadamente 17 milhões de pessoas, isto considerando apenas a área de influência dos rios Paraguai e Paraná. "O Mercosul - prossegue o governador - hoje está praticamente restrito ao eixo formado por São Paulo e Buenos Aires. Precisamos expandir o Mercosul, integrando outras eco-



Hidrovia moderna com embarcações adaptadas ao rio

nomias. Tenho mantido contatos com segmentos empresariais e governos vizinhos, como o da Argentina, e pode perceber que há um consenso no sentido de que devemos explorar com maior intensidade essa hidrovia. Ela já existe, está pronta, os investimentos serão pequenos e o retorno rápido."

Mato Grosso já exporta pela Hidrovia cerca de 250 mil toneladas de grãos anualmente, a maioria soja. No passado, o estado ex-

portava carne, açúcar, erva-mate e outros produtos, e importava trigo, frutas tropicais, sal, maquiário.

O governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, também apóia o projeto da Hidrovia, concordando com o governador Dante de Oliveira que ela tem uma importância estratégica para o desenvolvimento dos dois estados.

"Estamos todos interessados e eu concordo absolutamente com a

posição do governador Dante", explica o governador. "Eu penso que nenhum de nós, em sã consciência, pode pensar no aproveitamento de uma Hidrovia, que historicamente serviu como um elemento fundamental de desenvolvimento desta região, como um elemento de destruição do meio ambiente. Portanto, não há essa história de adaptar o rio às barcas, as embarcações é que serão adaptadas ao rio."

O Terminal de Morrinhos

O Terminal Portuário de Morrinhos, a ser construído a 127 km rio abaixo da cidade de Cáceres, é um projeto da empresa norte-americana ACBL que, a um custo ambiental pequeno, aumentará significativamente a capacidade de transporte de soja do estado para o mercado externo. Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, com uma produção de 7,9 milhões de toneladas/ano. As projeções indicam que em 2015 estará produzindo 17 milhões de toneladas, das quais apenas 7 milhões de toneladas serão esmagadas no estado, enquanto 10 milhões terão que ser exportadas.

Atualmente, 250 mil toneladas são transportadas pela hidrovia Paraguai-Paraná por ano. O Terminal de Morrinhos, já em 2001 poderá embarcar 300 mil toneladas/ano, volume que seria elevado para um milhão de toneladas a partir de

2006, quando estiver concluída a segunda etapa das obras.

Como o custo do transporte de uma tonelada de grãos por mil quilômetros por hidrovia fica em R\$ 16,00, contra R\$ 32,00 por ferrovia e R\$ 64,00 por rodovia, o setor produtivo de Mato Grosso terá uma economia com Morrinhos de 10 dólares por tonelada transportada, ou R\$ 18 milhões por ano, dinheiro que circulará na economia estadual, gerando empregos e estimulando outros setores econômicos. Enquanto se gasta cinco litros de combustível para transportar uma tonelada de grãos por hidrovia, gasta-se 10 litros no transporte ferroviário e 56 litros no rodoviário.

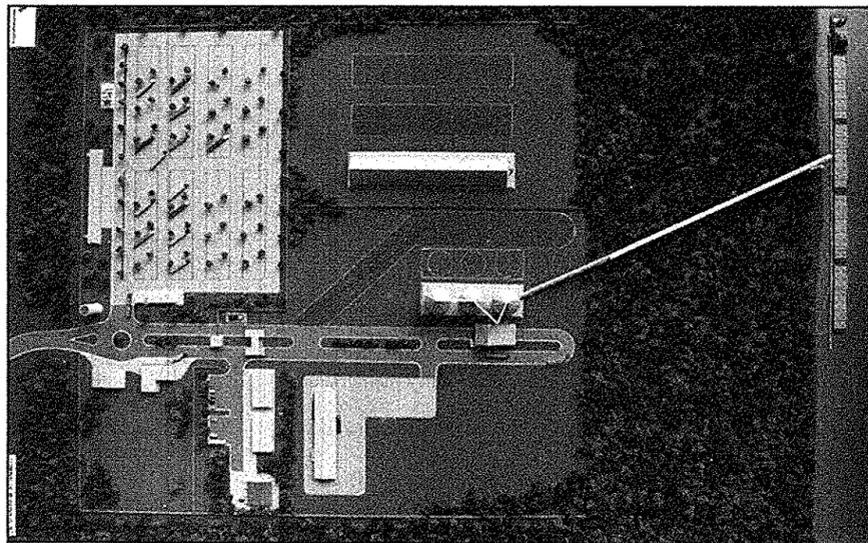
A empresa ACBL irá investir na primeira etapa do projeto do terminal R\$ 4 milhões e mais R\$ 4 milhões na segunda etapa. Por outro lado, a operação do porto vai gerar, cerca de R\$ 1,3 milhão de impostos

por ano, refletindo positivamente na receita fiscal do estado.

As entidades ambientalistas que criticam a construção do Terminal Portuário de Morrinhos alegam que a obra causará grande impacto no meio ambiente, promovendo intensas atividades econômicas numa região que já faz parte do pantanal. Na verdade, porém, o projeto não prevê a implantação de empresas na área e nem mesmo será construída uma rodovia de acesso - ela já existe e será apenas melhorada.

Além disso, o terminal será construído em local afastado do leito do rio Paraguai, preservando a mata ciliar. A soja será embarcada diretamente dos caminhões nas embarcações através de esteiras rolantes.

Por outro lado, como serão permitidos apenas dois comboios de barcas por dia, não haverá interferência na atividade turística, de grande importância para o



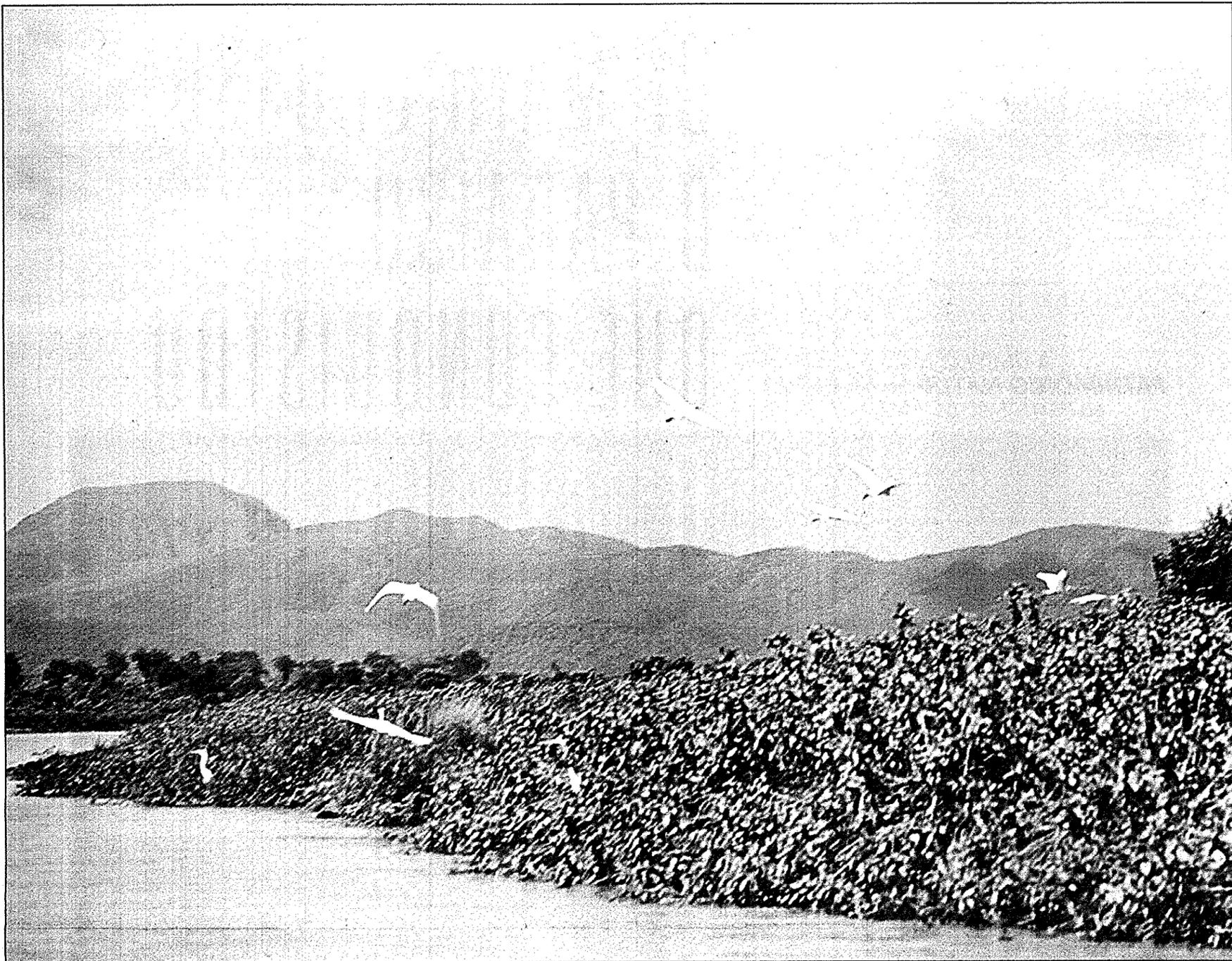
A maquete do Terminal de Morrinhos

município de Cáceres, que, ao contrário, será beneficiado com uma receita maior de impostos e com o estímulo ao comércio local.

As embarcações serão modernas, monitoradas por satélite, de forma a fazer o percurso adequado no leito do rio, eliminando riscos de aciden-

tes. As embarcações é que serão adaptadas ao rio, e não o contrário, e terão um calado de 1,5 metro e um limite de peso de 4.000 toneladas.

US\$ 400 milhões para a preservação de um santuário



O Programa Pantanal, que se encontra em fase final de negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deve ser assinado nos próximos meses, será a mais importante e abrangente ação do Governo de Mato Grosso visando a preservação do Pantanal, que acaba de ser reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera e que teve uma área de 189 mil hectares, incluindo o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, declarada como Sítio do Patrimônio Mundial Natural. O programa prevê investimentos de US\$ 400 milhões, sendo metade para o Mato Grosso e metade para o Mato Grosso do Sul.

O programa é composto

por quatro componentes: Gerenciamento de Bacias Hidrográficas; Meio Ambiente Urbano; Promoção de Atividades Sustentáveis e Áreas de Conservação. O objetivo é assegurar a preservação da biodiversidade desse santuário ecológico, com grande variedade de espécies vegetais e animais e extrema beleza cênica, e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida da população da região através do apoio a atividades produtivas sustentáveis e não degradadoras.

Para atingir esses objetivos, entre as ações previstas estão o gerenciamento da Bacia do Alto Paraguai, o manejo integrado de sub-bacias, implantação de sis-

temas de abastecimento de água e de esgoto, gerenciamento da pesca, apoio técnico a produtores, assistência a áreas indígenas, implantação de estradas-parque, proteção e manejo de Unidades de Conservação e ordenamento e promoção do ecoturismo.

Toda a execução do programa, prevista para um período de oito anos, terá o acompanhamento e a participação da sociedade civil organizada, incluindo instituições não-governamentais e agências de pesquisa.

O singular fluxo das águas é que torna o Pantanal a maior planície alagável do mundo e possibilita a reprodução de milhares de espécies animais e vegetais. Por isso a preservação dos rios da bacia pantaneira é

um dos principais componentes do programa.

Grande parte dos recursos será investida na implantação de sistemas de tratamento de água e de esgotamento sanitário em cidades localizadas no entorno do Pantanal, reduzindo os níveis de poluição nos rios produzida pelos aglomerados urbanos, e de coleta e tratamento de resíduos sólidos (lixo).

Paralelamente, será implantado um sistema de gerenciamento da Bacia do Alto Paraguai e de micro-bacias, disciplinando as atividades produtivas nas áreas de entorno da planície pantaneira, de forma a garantir a preservação dos mananciais.

Por representar a principal

vocação econômica do Pantanal, que hoje é o maior atrativo turístico de Mato Grosso, o programa prevê uma série de ações visando ordenar e promover o ecoturismo. Além de um trabalho de conscientização ambiental da população local e dos turistas que visitam a região, serão implantadas duas estradas-parque: na rodovia Transpantaneira, que corta o pantanal mato-grossense partindo do município de Poconé até o Porto Jofre, e na estrada que liga o município de Santo Antônio do Leverger a Barão de Melgaço.

Essas estradas-parque facilitarão e disciplinarão o acesso ao pantanal, oferecendo maior conforto ao turista e, ao mesmo tempo evitando a prática do turismo predatório.

Estão previstos, ainda, a proteção e o manejo de Unidades de Conservação da região que são representativas do bioma pantaneiro.

A pesca será gerenciada e será estimulada a produção de peixes nativos em cativeiro, reduzindo os impactos no estoque pesqueiro do Pantanal.

O homem pantaneiro é visto como o principal agente de preservação do Pantanal. Ao longo de dois séculos, o pantaneiro conseguiu compatibilizar a pecuária extensiva com a preservação ambiental. O programa oferecerá apoio técnico a esses produtores, garantindo sua sobrevivência econômica e cultural, de forma que possa desenvolver suas atividades produtivas sustentavelmente.

Programa Pantanal

José Sarney Filho

Ao longo do rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Pantanal é uma das mais importantes reservas da natureza. Nele toda a vida explode numa exuberância sem limites, aparentando uma força inexaurível. Não é assim. O ecossistema é frágil e já muito ameaçado. É preciso um esforço conjunto, de governo e sociedade, para garantir sua integridade. O Ministério do Meio Ambiente está terminando a negociação do **Programa Pantanal**, em que investirá US\$ 350 milhões, contra uma contrapartida de cada um dos estados de US\$ 25 milhões.

Este será o maior investimento em meio ambiente já realizado por estado da federação. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Rio Paraguai, por meio do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais. O Programa incentivará as atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema. Os projetos priorizam a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo ações em 30 municípios e beneficiando diretamente cerca de 2 milhões de habitantes.

Os projetos executivos considerados prioritários pelos vários representantes dos órgãos de governo e da sociedade civil organizada foram preparados de acordo com as linhas de execução do Programa Pantanal, e submetidos à apreciação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agente financiador. Os recursos serão repassados aos estados por meio de convênios.

As atividades tradicionais, desenvolvidas anteriormente sem causar impactos significativos ao meio ambiente, começaram a apontar para mudanças radicais em sua forma de serem

conduzidas, ameaçando o precário equilíbrio ecológico da região pantaneira. Será preciso encontrar um caminho de desenvolvimento sustentável, enfrentar por exemplo os desmatamentos, que resultam em erosões e compactação dos solos, reduzindo a fertilidade e a capacidade produtiva, além de contribuir para o assoreamento e destruição dos cursos de água que drenam para o Pantanal. É muito importante a recuperação de matas ciliares de proteção aos rios, como o envolvimento dos agropecuaristas na utilização de tecnologias sustentáveis.

Um dos desafios que se apresenta é a valorização da produção agropecuária ambientalmente adequada. Será melhorada a infraestrutura para seu escoamento, de forma a reduzir custos.

É também necessário agir em relação à urbanização acelerada dos municípios, promovendo a melhoria e a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos, e a elaboração de planos diretores de resíduos sólidos.

O Programa acentua, como um dos maiores desafios para a gestão ambiental do Pantanal, a realização de avaliações ambientais criteriosas sobre o efeito conjugado dos grandes projetos de infraestrutura regional — como o Gasoduto Bolívia-Brasil e a Hidrovia Paraguai-Paraná.

O Programa Pantanal irá agrupar as ações que terão reflexos na melhoria dos sistemas de planejamento ambiental da bacia hidrográfica e seus ecossistemas e na melhoria da qualidade e disponibilidade de águas subterrâneas e de superfície. Serão implementados planos de gerenciamento destinados à redução da sedimentação por assoreamento e a contaminação por agrotóxicos das sub-bacias críticas dos Rios Vermelho e

São Lourenço (MT), e dos Rios Miranda e Taquari (MS).

A UNESCO acaba de considerar parte do Pantanal como Patrimônio Natural da Humanidade, importante passo para a sua preservação. Há pouco o havia declarado Reserva da Biosfera Mundial. No âmbito destes compromissos e da conservação da natureza serão importantes o combate à caça ilegal e à pesca predatória, e o gerenciamento dos recursos pesqueiros, inclusive com proteção de áreas de reprodução. Serão monitorados os estoques pesqueiros e promovidos o desenvolvimento de novas tecnologias e a pesquisa científica, visando a manutenção da pesca artesanal tradicional como atividade sustentável e sua integração com o turismo.

Para que as atividades turísticas não representem uma ameaça aos principais sítios de interesse turístico e cultural do Pantanal, ou interfiram nos habitats naturais da fauna, serão definidas políticas de ordenamento e desenvolvimento turísticos que considerem a conservação dos recursos naturais e treinados recursos humanos para o respeito à natureza pantaneira.

O Programa Pantanal trabalhará também com as comunidades e com as minorias. Serão feitos esforços especiais na área indígena e destinados recursos para que as comunidades locais possam fiscalizar as ações previstas no projeto.

A agropecuária, a pesca e o turismo, as atividades econômicas do Pantanal crescerão, a população do Pantanal terá sua qualidade de vida aumentada, o Pantanal será conservado. O Programa Pantanal é um esforço conjunto do Ministério do Meio Ambiente e dos governos estaduais para atingir, a um só tempo, todos estes objetivos. Eles valem todo trabalho e todo sacrifício.

José Sarney Filho é Ministro do Meio Ambiente.